



11/04/2025

Nº IDEA: **238.9.169180/2025**

Classe: **Carta Precatória do Ministério Público (910015)**

Assuntos: **Violação dos Princípios Administrativos (10014), Limite de Carga Horária - Jornada Semanal (14200)**

| Documentos | | |
|------------|------------------|---|
| Id. | Data | Documento |
| 25993923 | 10/04/2025 11:07 | OFÍCIO Nº 097.2025 - UAAF - PJQ - PJ DE RETIROLÂNDIA. PP. 003.9.1915.2023 |
| 25993924 | 10/04/2025 11:07 | 23804063 - 45-IDEA Nº 003.9.1915.2023- DESPACHO EM PPIC- ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS- SERVIDORA RAVENALLA PINHO-NORDESTINA |
| 25993925 | 10/04/2025 11:07 | 003.9.1915.2023 |
| 26037437 | 11/04/2025 14:52 | DESPACHO |
| 26037455 | 11/04/2025 14:53 | OFÍCIO PREFEITO |
| 26037489 | 11/04/2025 14:54 | OFÍCIO SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO |



RETIROLÂNDIA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Nº IDEA 238.9.169180/2025

DATA DE REGISTRO 10/04/2025

ÓRGÃO/UNIDADE DE ORIGEM

Nº DE REFERÊNCIA NA ORIGEM

CLASSE

EXTRAJUDICIAIS > PROCEDIMENTOS DO MP > Carta Precatória do Ministério Público (910015)

ASSUNTO(S)

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos (10014)

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Acumulação de Cargos > Limite de Carga Horária - Jornada Semanal (14200)

ENVOLVIDO(S)

NOME

TIPO

ANTÔNIO CARLOS
AMORIM GUIMARÃES

Interessado(a)

RAVENALLA OLIVEIRA
PINHO

Representado
(a)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUEIMADAS
Email: queimadas@mpba.mp.br

Ofício nº 097/2025/UAAF - PJQ

IDEA nº 003.9.1915/2023

(Na resposta, favor fazer referência a estes números)

De Salvador/BA para Queimadas/BA,

Assinado e datado eletronicamente

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Promotor de Justiça de Retirolândia/BA

Assunto: Solicitação de Informações

Exmo.(a) Sr.(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, de ordem do Promotor de Justiça Coordenador da 2ª Subunidade da UAAF, Dr. Yuri Lopes de Mello, designado para atuar no período de 30.09.2024 a 17.01.2025 – Portaria nº 2698/2024 - Dje 25.09.2024, venho solicitar que:

1) Seja realizada, respectivamente, a notificação do(a) prefeito(a) de Retirolândia/BA, com o envio de cópia dos autos, a fim de que, querendo, apresente esclarecimentos por escrito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, acerca dos fatos objeto do presente procedimento;

2) Oficie-se a(o) Secretário(a) de Administração do Município de Retirolândia/BA, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que:

a) informe quais os cargos e funções exercidos, na administração pública direta ou indireta do município por RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhe cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;

b) Informe se RAVENALLA OLIVEIRA PINHO anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a administração pública direta ou indireta do município, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente com a referido servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024.

Com as homenagens de estilo e de praxe.

Atenciosamente,

Thaís Mota Guerra
Assistente Técnico-administrativa - Mat. 355.392



PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL

IDEA nº 003.9.1915/2023

DESPACHO

Cuida-se de **Notícia de Fato** registrada, em 09.01.2023, na Promotoria de Justiça de Queimadas-BA, **ora convertido em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil**, consubstanciada em representação formulada por ANTÔNIO CARLOS AMORIM GUIMARÃES, dando conta da ocorrência de irregularidades em contratação envolvendo a atual Prefeita de Nordestina-BA, ELIETE DE ANDRADE ARAUJO e a servidora, **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, a qual estaria supostamente em situação de possível acumulação ilegal de cargos, com sobrepostas jornadas de trabalho em municípios distantes entre si.

Vejamos trechos da reportada representação (fls. 04/11- ID MP 18874585 - Págs. 01/08):

A Servidora, RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, Brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula 3676, CPF 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, Data de Inscrição: 10/02/2022, Primeira inscrição na UF: 10/02/2022, Inscrição: Principal, Situação: Regular, Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada, vem de forma irregular ocupando cargos temporários em 03 (Três) Prefeituras com cargas horárias e distância entre rodovias totalmente desproporcionais para cumprimento dessa **Tripla Jornada: NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de 100h00m, o que significa uma carga horária diária de 20h00m. Após o cumprimento das jornadas em **NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de 100h00m, o que significa uma carga horária diária de 20h00m e 05h02m em deslocamentos, este Servidor precisaria de 25h02m diariamente e ainda percorrer 333,0, sem nenhum imprevisto para o cumprimento desta **Tripla Jornada?** (...)” (sic).



Ao final, o Noticiante pleiteou a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos, tendo requerido " (...) *apuração dos fatos aqui relatado com todas as provas em anexo e que a Prefeita ELIETE DE ANDRADE ARAUJO, seja responsabilizada por negligência na contratação dessa Servidora contrariando a própria exigência do contrato e que seja multada e condenada a devolver aos cofres Públicos todos os valores desviados com esses pagamentos indevidos.*".

Às fls. 13/15-ID MP 18874587 - Págs. 1/2, cópia do histórico profissional da servidora extraído do CNES-Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde atinente ao exercício de 2022.

À fl. 21-ID MP 18918812 - Pág. 1, despacho do CAOPAM, datado de 14.05.2024, encaminhando os autos à Promotoria de Justiça de Queimadas para adoção das medidas cabíveis.

Sem diligências apuratórias vieram os autos para análise desta unidade de apoio.

É o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se a existência de lastro probatório mínimo (justa causa) a justificar a deflagração da presente investigação, sobretudo por haver indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa que importa lesão ao erário público.

Vencido o prazo regulamentar, posto que o expediente foi registrado na Promotoria de Justiça de Queimadas-BA em 09.01.2023, verifica-se, ainda, a necessidade de colheitas de elementos de informação elementares a uma segura tomada de decisão.

Diante do exposto, considerando a expiração do prazo previsto no art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, e no art. 13, *caput*, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça deste Estado, e a necessidade de se reunirem elementos complementares com o fito de subsidiar segura formação de convicção do *Parquet*, ao tempo em que promovo a instauração do presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL**, determino, visando à instrução deste, sejam adotadas as seguintes providências:



1. Autue-se a portaria e a documentação que a acompanha, efetuando-se os registros pertinentes no sistema IDEA, noticiando a **conversão da Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil**, bem como procedendo-se ao registro pertinente na planilha de controle interno da Promotoria de Justiça local;

2. Publique-se o extrato da Portaria no Diário da Justiça Eletrônico, com posterior certificação;

3. **Notifique-se a Prefeita Municipal de Nordestina, Eliete de Andrade Araújo**, com o envio de cópia dos autos, a fim de que apresente esclarecimentos por escrito no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, acerca dos fatos imputados contra si no presente expediente;

4. Notifique-se a **investigada, Ravenalla Oliveira Pinho** para que seja cientificada sobre a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil para, querendo, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, apresente suas razões e a documentação pertinente;

5. **Oficie-se ao Secretário de Administração do Município de Nordestina-BA**, requisitando, no **prazo de 15 (quinze) dias** que:

a. Informe quais os cargos e funções exercidos, na administração pública direta ou indireta do município de Nordestina, por **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, *brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA* indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhe cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora;

b. Informe se **Ravenalla Oliveira Pinho**, anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a administração pública direta ou indireta do município de Nordestina, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente com a referida servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação



comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos;

c. Informe se os pagamentos efetuados à servidora, Ravenalla Oliveira Pinho, foram efetuados com **recursos do Fundo Municipal de Saúde de Nordestina-BA**;

6. Expeça-se **carta precatória** às Promotorias de Justiça de **Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, solicitando que:

6.1) seja realizada, respectivamente, a notificação do(a) prefeito(a) de **Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, com o envio de cópia dos autos, a fim de que, querendo, apresente esclarecimentos por escrito no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, acerca dos fatos objeto do presente procedimento;

6.2) Oficie-se a(o) Secretário(a) de Administração dos **Municípios de Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que:

- *informe quais os cargos e funções exercidos, na administração pública direta ou indireta do município por RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhe cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;*

- *Informe se RAVENALLA OLIVEIRA PINHO anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a administração pública direta ou indireta do município, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente com a referido servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;*



7. Determino ao Apoio Técnico e Administrativo de Queimadas/BA que certifique nos autos sobre a existência de expedientes que guardem identidade com o procedimento em epígrafe. Em caso afirmativo, que seja procedido o apensamento/anexação de ambos no Sistema IDEIA para fins instrutórios, nos termos do art. 7º da Resolução nº 11 de 11 de abril de 2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Estado da Bahia.

8. Caso a resposta ao **item 5 “c”**, seja afirmativo determino a extração de cópia integral dos autos com posterior remessa ao **MPF-Ministério Público Federal-Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA**, para a adoção das medidas que entender pertinentes.

Na ocasião, sejam **advertidos** que o não atendimento às requisições supra constitui crime de desobediência, tipificado no art. 10 da lei 7.347/85, sujeitando o infrator à pena de 01 (um) a 03(três) anos de reclusão e multa.

Após diligências, retornem os autos para apreciação do promotor(a) titular/substituto(a) da Promotoria de Justiça de Queimadas/BA.

Cumpra-se.

Após a juntada, retornem os autos conclusos.

De Salvador/BA para Queimadas/BA, 19 de novembro de 2024.

(documento assinado eletronicamente)

YURI LOPES DE MELLO

Promotor de Justiça Designado

UAAF – Portaria nº 631/2024

(Período de Atuação: 30.09.2024 a 17.01.2025 – Portaria nº 2698/2024 -Dje 25.09.2024)



10/04/2025

Nº IDEA: 003.9.1915/2023

Classe: Procedimento Preparatório (910003)

Assuntos: Violação dos Princípios Administrativos (10014), Limite de Carga Horária - Jornada Semanal (14200)

| Documentos | | |
|------------|------------------|--|
| Id. | Data | Documento |
| 23804290 | 16/12/2024 15:35 | 45-IDEA Nº 003.9.1915.2023- PORTARIA PPIC -ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS-SERVIDORA RAVENALLA PINHO-NORDESTINA |
| 18874584 | 13/05/2024 11:15 | EMAIL – CAOPAM – OUTLOOK |
| 18874585 | 13/05/2024 11:15 | 2022 DENUNCIA - RAVENALLA OLIVEIRA PINHO |
| 18874586 | 13/05/2024 11:15 | CRM - RAVENALLA OLIVEIRA PINHO |
| 18874587 | 13/05/2024 11:15 | HISTORICOPROFISSIONALESTABELECIMENTO (1) |
| 18874588 | 13/05/2024 11:15 | TCM PESSOAL POR CPF |
| 18874589 | 13/05/2024 11:15 | DE NORDESTINA, BA, 48870-000 A RETIROLÂNDIA, BA, 48750-000 - GOOGLE MAPS |
| 18874590 | 13/05/2024 11:15 | DE NORDESTINA, BA, 48870-000 A SÃO DOMINGOS, BAHIA - GOOGLE MAPS |
| 18874591 | 13/05/2024 11:15 | DE NORDESTINA, BA, 48870-000 A VALENÇA, BA, 45400-000 - GOOGLE MAPS |
| 18874676 | 13/05/2024 11:17 | EMAIL – CAOPAM – OUTLOOK - 003.9.1915-2023 |
| 18874711 | 13/05/2024 11:18 | CERTIDÃO |
| 18918812 | 14/05/2024 17:41 | DESPACHO |
| 23467189 | 02/12/2024 14:28 | DESPACHO PADRÃO UAAF -PARAMETRIZADO (1) |
| 23804063 | 16/12/2024 15:31 | 45-IDEA Nº 003.9.1915.2023- DESPACHO EM PPIC- ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS- SERVIDORA RAVENALLA PINHO-NORDESTINA |
| 25992994 | 10/04/2025 10:49 | EMAIL – COMPROVANTE DE ENVIO - DJE |
| 25992995 | 10/04/2025 10:49 | EMAIL – COMPROVANTE DE ENTREGA - DJE |



**SALVADOR - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - UAAF -
UNIDADE DE APOIO À ATIVIDADE FINALÍSTICA - 2ª SUBUNIDADE
(CÍVEL/DIFUSOS) - PROMOTOR**

Nº IDEA 003.9.1915/2023

DATA DE REGISTRO 09/01/2023

ÓRGÃO/UNIDADE DE ORIGEM

Nº DE REFERÊNCIA NA ORIGEM

CLASSE

EXTRAJUDICIAIS > PROCEDIMENTOS DO MP > Procedimento
Preparatório (910003)

ASSUNTO(S)

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO
PÚBLICO > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa >
Violação dos Princípios Administrativos (10014)

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO
PÚBLICO > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Acumulação
de Cargos > Limite de Carga Horária - Jornada Semanal (14200)

ENVOLVIDO(S)

NOME

TIPO

ANTÔNIO CARLOS
AMORIM GUIMARÃES

Interessado(a)

RAVENALLA OLIVEIRA
PINHO

Representado
(a)





PORTARIA IDEA Nº 003.9.1915/2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de uma das suas atribuições constitucionais e legais, conferida pelo artigo 129, III, da CF, c/c artigo 72, IV da Lei Complementar Estadual nº 11/96, c/c artigo 26 da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e com base na Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, instaura o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL** relativo ao seguinte fato:

OBJETO: Apurar suposta prática de improbidade administrativa, prevista no artigo 9º e 10º da lei 8429/1992, relacionada à contratação irregular da servidora pública **Ravenalla Oliveira Pinho** no Município de Nordestina-BA.

INVESTIGADOS: Eliete de Andrade Araujo e Ravenalla Oliveira Pinho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: CF/1988 c/c Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) c/c Res. CNMP nº 23/2007.

ORIGEM: Representação formulada por Antônio Carlos Amorim Guimarães.

Cumram-se as diligências determinadas no despacho anexo.

De Salvador/BA para Queimadas/BA, 19 de novembro de 2024.

(documento assinado eletronicamente)

YURI LOPES DE MELLO

Promotor de Justiça Designado

UAAF – Portaria nº 631/2024

(Período de Atuação: 30.09.2024 a 17.01.2025 – Portaria nº 2698/2024 -Dje 25.09.2024)

ENC: Tripla Jornada: Nordestina – Bahia / Exercício 2022

Protocolo <protocolo@mpba.mp.br>

Seg, 09.01.2023 11:41

Para: Amorim Adic <amorim@grupoadic.com>

 7 anexos (1 MB)

CRM - RAVENALLA OLIVEIRA PINHO.pdf; de Nordestina, BA, 48870-000 a Valença, BA, 45400-000 - Google Maps.pdf; de Nordestina, BA, 48870-000 a Retirolândia, BA, 48750-000 - Google Maps.pdf; de Nordestina, BA, 48870-000 a São Domingos, Bahia - Google Maps.pdf; 2022 DENUNCIA - RAVENALLA OLIVEIRA PINHO.pdf; historicoProfissionalEstabelecimento (1).pdf; TCM _ Pessoal Por CPF.pdf;

Prezado (a) Senhor (a),

Acusamos o recebimento da **REPRESENTAÇÃO**, ao tempo que informamos que Vossa demanda foi registrada no pré-cadastro IDEA nº **003.9.1915/2023**, e encaminhada ao CAOPAM.

Salientamos que é possível efetuar a **consulta do andamento do expediente no site do MPBA** www.mpba.mp.br, na aba **SERVIÇOS/CONSULTA DE PROCESSOS-PROCEDIMENTOS** ou no link

<https://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx>

Att,

EDSON SANTOS

Coordenação de Protocolo

Ministério Público do Estado da Bahia

Informações: 127 ou 0800 071 1422

De: Amorim Adic <amorim@grupoadic.com>**Enviado:** sábado, 7 de janeiro de 2023 19:31**Para:** Protocolo <protocolo@mpba.mp.br>**Assunto:** Tripla Jornada: Nordestina – Bahia / Exercício 2022

A Servidora, **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, Brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula 3676, CPF 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, Data de Inscrição: 10/02/2022, Primeira inscrição na UF: 10/02/2022, Inscrição: Principal, Situação: Regular, Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada, vem de forma irregular ocupando cargos temporários em 03 (Três) Prefeituras com cargas horárias e distância entre rodovias totalmente desproporcionais para cumprimento dessa Tripla Jornada: **NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de **100h00m**, o que significa uma carga horária diária de **20h00m**.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PROMOTORES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA - CAOPAM - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Att.: Dr. Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça Coordenador

Tripla Jornada: Nordestina – Bahia / Exercício 2022

Antonio Carlos Amorim Guimarães, Brasileiro, Maior, Casado, Comerciante, RG. 1448688-14, CPF 168.463,385-00, Rua Javari, 44 1º Andar – São Francisco – Cep. 43.815-390 Candeias - Bahia. Vem, respeitosamente, perante este Órgão Fiscalizador, na Ilustre presença dos seus Representantes, na defesa da legalidade e da moralidade pública, apresentar **DENUNCIA** em face da Prefeita Municipal de **Nordestina** – Bahia, Sra. **ELIETE DE ANDRADE ARAUJO**, brasileira, maior, casada, agente político, inscrita no CPF nº 270.600.555-68, RG 13.765.704-83 SSP-BA, filha de Osvaldo Araújo Andrade e Daria Peixinho Andrade, Residente na PRAÇA 09 DE MAIO, 09, Centro, CEP: 48870-000, Nordestina - BA. nos moldes fáticos a seguir reproduzidos.

I – DOS FATOS: Acumulo de Cargos em Tripla Jornada:

Nobres Promotores, desde o ano de 1992 venho denunciando junto ao Ministério Público Federal e Estadual, assim como perante às Polícias Judiciárias diversas irregularidades oriundas das administrações públicas MUNICIPAIS no Estado da Bahia, atualmente me dedicando as **FARRAS DAS VÁRIAS JORNADAS DE TRABALHO**, com a contratação indevida e ilegal das mesmas.

Desta forma, venho laborando arduamente, há muitos anos, em prol da legalidade, da defesa do erário público e da moralidade administrativa na condução da coisa pública perante os Municípios Baianos. No caso em tela, é possível constatar (provas anexas)

que os representados vêm atuando de forma ilegal e causando lesão ao erário em razão da seguinte improbidade administrativa: Uso irregular nas contratações para diversos cargos e cargas horárias impossíveis de serem cumpridas. Vejamos:

Ocorre que, tomando por base as informações contidas no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DA BAHIA - TCM (www.tcm.ba.gov.br) e nele constando a informação que **“Os dados disponibilizados nesta consulta são declaratórios, informados ao Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA e de responsabilidade das respectivas entidades.”** Encontrei em várias Prefeituras do Estado da Bahia inúmeros Servidores com acumulações ilícita de cargos e cargas horárias incompatíveis.

A Servidora, **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, Brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula 3676, CPF 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, Data de Inscrição: 10/02/2022, Primeira inscrição na UF: 10/02/2022, Inscrição: Principal, Situação: Regular, Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada, vem de forma irregular ocupando cargos temporários em 03 (Três) Prefeituras com cargas horárias e distancia entre rodovias totalmente desproporcionais para cumprimento dessa Tripla Jornada: **NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de **100h00m**, o que significa uma carga horária diária de **20h00m**.

Distância entre rodovias e tempo:

| Municípios | km | Tempo |
|---------------------------|--------------|---------------|
| NORDESTINA x SÃO DOMINGOS | 115,0 | 01h45m |
| NORDESTINA x RETIROLÂNDIA | 114,0 | 01h43m |
| NORDESTINA x VALENTE | 104,0 | 01h34m |
| TOTAL | 333,0 | 05h02m |

| Mat | Ano | Município | Cargo | Servidor | Carga | Sl Líquido |
|--------|---------|--------------|--------|------------|-------|------------|
| 206244 | 02/2022 | RETIROLÂNDIA | Médico | Temporário | 40 | 1.823,08 |
| 3676 | 07/2022 | NORDESTINA | Médico | Temporário | 40 | 4.009,22 |
| 3676 | 08/2022 | NORDESTINA | Médico | Temporário | 40 | 3.999,07 |
| 3676 | 09/2022 | NORDESTINA | Médico | Temporário | 40 | 4.508,80 |
| 64586 | 09/2022 | VALENTE | Médico | Temporário | 20 | 4.000,71 |

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

| Ano | MUNICIPIO | DESCRICAO CBO | SUS | VINCULO | AMB. | HOSP. |
|--------|--------------|-----------------------------------|-----|-------------------|------|-------|
| fev/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| mar/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| abr/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| mai/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| jun/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| jul/22 | RETIROLANDIA | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | BOLSISTA | 40 | 0 |

| | | | | | | |
|--------|--------------|-----------------------------------|-----|-------------------|----|----|
| jul/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| ago/22 | RETIROLANDIA | MEDICO CLINICO | SIM | AUTONOMO | 12 | 12 |
| ago/22 | RETIROLANDIA | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | BOLSISTA | 40 | 0 |
| ago/22 | SAO DOMINGOS | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | PRAZO DETERMINADO | 40 | 0 |
| set/22 | RETIROLANDIA | MEDICO CLINICO | SIM | AUTONOMO | 12 | 12 |
| set/22 | RETIROLANDIA | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | BOLSISTA | 40 | 0 |
| out/22 | RETIROLANDIA | MEDICO CLINICO | SIM | AUTONOMO | 12 | 12 |
| out/22 | RETIROLANDIA | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | BOLSISTA | 40 | 0 |
| nov/22 | RETIROLANDIA | MEDICO CLINICO | SIM | AUTONOMO | 12 | 12 |
| nov/22 | RETIROLANDIA | MEDICO DA EST DE SAUDE DA FAMILIA | SIM | BOLSISTA | 40 | 0 |

Após o cumprimento das jornadas em **NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de **100h00m**, o que significa uma carga horária diária de **20h00m** e **05h02m** em deslocamentos, este Servidor precisaria de **25h02m** diariamente e ainda percorrer **333,0**, sem nenhum imprevisto para o cumprimento desta **Tripla Jornada?**

| | | | | | |
|-----------------|---------|-------------------|---------|------------------|---------|
| Janeiro: | | Fevereiro: | 80h00m | Março: | 40h00m |
| Abril: | 40h00m | Maió: | 40h00m | Junho: | 40h00m |
| Julho: | 120h00m | Agosto: | 120h00m | Setembro: | 100h00m |
| Outubro: | | Novembro: | | Dezembro: | |

São servidores que acumulam vários cargos nas Administrações Pública Municipal, o que é expressamente vedado pela Constituição Federal.

Frise-se que, para fins de verificação da licitude das acumulações, não há qualquer distinção no fato de ser o Servidor ocupante de cargo público efetivo ou contratado temporariamente, já que inexistente ressalva constitucional nesse sentido.

Em suma, o exercício de mais de dois cargos ou funções públicas não encontra respaldo legal, sendo vedado independentemente da avaliação de compatibilidade de horários.

Registre-se que as informações são prestadas pelas próprias Prefeituras e disponibilizadas no site do TCM, muitas dessas Prefeituras inclusive se encontram desatualizadas e necessitam regularizar de forma a facilitar informações mais precisas para melhor identificação de possíveis outros vínculos de Triplas Jornadas sendo declaração de responsabilidade de cada Prefeitura.

Ressalte-se ainda que, pela análise das informações das folhas de pagamentos no sistema do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM verifiquei que vários Servidores possuem Triplas Jornadas com mais de 60h00m com a Administração Pública Municipal, estando conscientes que estão agindo (**Prefeito e Servidor**) de má-fé.

ALGUMAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELOS GESTORES QUANTO À CONSTATAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS.

Diante de tudo quanto foi exposto até aqui, importante anotar que os Gestores Públicos devem, dentre outras, se atentar para:

- 1) a duplicidade de contracheques apresentada pelo servidor ou empregado público, a fim de se verificar se a mesma indica a acumulação aqui referida ou apenas a descentralização de pagamentos;
- 2) a compatibilidade de horários quanto aos cargos, empregos ou funções acumuláveis, convocando, se necessário, os servidores ou empregados públicos que se encontrarem nesta situação para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- 3) a opção a ser feita pelo respectivo servidor ou empregado público, se for constatada a acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas;
- 4) a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, caso o respectivo servidor ou empregado público, convocado para fazer a opção acima mencionada, permaneça inerte, assegurando sempre o contraditório e a ampla defesa na apuração dos fatos e tomada das providências pertinentes;
- 5) a observância ao teto remuneratório fixado na Constituição Federal, ainda que lícita a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.

O que é Acúmulo de Cargos e Funções Públicas?

É a situação em que o servidor ocupa, conforme a Constituição Federal/88, mais de um cargo, emprego ou função pública, ou ainda, quando o servidor recebe proventos de aposentadoria simultaneamente com a remuneração de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública direta ou indireta.

Em regra é proibida a acumulação de cargos, empregos, funções, pensões e aposentadoria, mas existem exceções expressamente previstas na Constituição Federal de 1988.

O que é considerado Cargo ou Função Pública?

São considerados cargos, empregos ou funções públicas todos aqueles exercidos na administração direta (União, Estados ou Distrito Federal e Municípios) ou indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias). Entretanto, a proibição de acumular abrange também as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Cargo público: É o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Agente público: Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios.

| | |
|---------------------------------|---|
| Funções de confiança: | São as atividades identificadas como funções gratificadas, funções de confiança ou outras denominações previstas em lei, que são ocupadas por servidor efetivo. |
| Servidores estatutários: | São os ocupantes de cargos públicos (criados por lei) e estão sujeitos ao regime estatutário; |
| Contratados temporários: | São aqueles contratados por tempo determinado para atender a alguma necessidade temporária de excepcional interesse público (conforme o art. 37, IX, da Constituição), exercem a função pública, mas sem vínculo efetivo ou empregatício, estão submetidos à Lei n. 8.745/93 e alterações, contribuem para o Regime Geral da Previdência Social. Exemplos: Professores Substitutos e Temporários. |

Quanto à obrigatoriedade do servidor declarar quais cargos, empregos, funções públicas, aposentadoria, pensão ocupa:

Os servidores públicos civis são obrigados a declarar, no ato da investidura e sob as penas da lei, quais os cargos públicos, empregos e funções que exercem abrangidos ou não pela vedação constitucional, devendo fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada. (Art. 7º da Lei nº 8.027/90)

O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, temporário (Lei n. 8.745/93, art. 11), o aposentado, e o beneficiário de pensão civil que forem nomeados para cargo público de provimento efetivo, deverão, no ato da posse, prestar as informações necessárias sobre o cargo que exerce ou que exerceu (se aposentado) ou sobre a pensão que recebe, conforme o caso.

Quais os cargos e a quantidade máxima de vínculos acumuláveis de acordo com a legislação?

Em regra é proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, sendo permitida a acumulação (art. 37, inciso XVI, CF/88) de:

- a) 2 (dois) cargos de professor;
- b) 1 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Quantidade de vínculos possíveis – máximo de 02 (dois) vínculos, conforme a CF/88.

“A existência de mais de dois contratos de trabalho, ainda que de médicos e/ou de magistério, caracteriza acumulação ilícita”.

Acórdão 1042/2014 Segunda Câmara (Monitoramento, Relator Ministro Aroldo Cedraz). Acumulação. Cargo. A acumulação de cargos, funções e empregos públicos está limitada a dois vínculos, sejam dois cargos de professor, seja um cargo de magistério com outro técnico ou científico, sejam dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

Quanto à compatibilidade de horários:

“A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários”.

A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver possibilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

A Constituição estabeleceu que: “é vedada a acumulação remunerada de cargo público, exceto quanto houver compatibilidade de horário”. Primeiramente, a Constituição não utilizou o conectivo “e” depois de referido período para considerar taxativo o rol do inciso XVI do art. 37. Além disso, ao falarmos de cargos técnicos e científicos as porteiras estariam abertas para nos posicionarmos no sentido da abertura a todos os cargos e empregos públicos, pois ou são técnicos, ou são científicos.

CONFIGURAÇÃO DE ATO CRIMINOSO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ABUSO DE PODER POLÍTICO ECONÔMICO:

Os fatos reportados nesta representação, suplementados por robusta documentação anexa, evidenciam a existência de uma verdadeira organização criminosa instalada no **Município de Nordestina** e capitaneadas pelos denunciados. Suas ações, por conseguinte, evidenciam a prática de ilícitos penais, especialmente o crime de estelionato, previsto no art. 171, do Código Penal, senão vejamos:

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

Além do ilícito penal, verifica-se que a conduta de fraudar em favor os aliados políticos a contratação indevida que configura atos de improbidade administrativa previstos na Lei **8.429/1992**:

Art. 10 - Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VII - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

Art. 11 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

Ademais, resta evidenciado que o comportamento dos denunciados, em especial do **Prefeito Municipal de Nordestina**, caracteriza-se como abuso de poder político e uso indevido de cargo ou função pública, com a finalidade de obter vantagens para angariar votos, consistindo na utilização do *munus* público para influenciar os Servidores, com desvio de finalidade.

Com efeito, dispõe o art. 22 da Lei das Inelegibilidades, *in verbis*:

"Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político."

Bastaria tal previsão normativa para acolher a pretensão ora deduzida, tendo em vista que o atual prefeito do **Município de Nordestina** – Ba, está usando indevidamente os recursos do Município, como instrumento de barganha para se manter no poder, demonstrando nítida intenção de comprar votos. De igual modo, a conduta configura abuso do poder econômico, já que está havendo distribuição de valores.

Com tais condutas, os Servidores serão influenciados indevidamente, com desvio de finalidade.

Ínsitos ao princípio da legalidade, dentre outros, estão os princípios da finalidade e indisponibilidade dos interesses públicos.

A finalidade pública é o bem jurídico buscado pelo ato; e o Administrador Público, bem como, todas as pessoas previstas no artigo 2.º da Lei 8.429/92, têm o dever jurídico de alcançá-la, sob pena de configurar-se o abuso de poder.


Ante o exposto, requer apuração dos fatos aqui relatado com todas as provas em anexo e que a Prefeita Municipal de **Nordestina** – Bahia, Sra. **ELIETE DE ANDRADE ARAUJO**, seja responsabilizado (a) por Improbidade Administrativa, Abuso do Poder Econômico por negligência na manutenção desse Servidor em várias Jornadas e que seja

multado e condenado (a) a ressarcir aos cofres Públicos todos os valores desviados com esses pagamentos indevidos.

Fontes: www.tcm.ba.gov.br
www.google.com.br/maps/preview

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Salvador – Bahia, 06 de Janeiro de 2023.



Antonio Carlos Amorim Guimaraes
Dir. Associação Dissensão Contra Corrupção
atendimento@grupoadic.com
Tel: 71 9 9207-1486

Busca por médicos

Nesta área, você pode realizar uma busca por médico a partir do preenchimento dos campos abaixo. Quanto maior o número de dados, mais fácil será encontrar o profissional que procura.

Entenda os números de CRM:
Número seguido da letra 'P': inscrição provisória realizada em atendimento a liminar.
Número precedido da sigla 'EME': inscrição de estudante médico estrangeiro.
Número precedido do número '300': inscrição de médico estrangeiro com visto provisório.

Encontre um médico

Nome do médico:

RAVENALLA OLIVEIRA PINHO

UF:

Selecione o Estado

CRM:

Digite o CRM

Município:

Selecione uma UF

Tipo de Inscrição:

Todas

Situação:

Todas

Situação

Selecione uma situação

Especialidade:

Todas

Área de Atuação:

Todas

LIMPAR

BUSCAR

Ravenalla Oliveira Pinho



CRM: 39080-BA

Data de Inscrição: 10/02/2022

Primeira inscrição na UF: 10/02/2022

Inscrição: Principal

Situação: Regular

Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada.

Endereço: Exibição não autorizada pelo médico.

Telefone: Exibição não autorizada pelo médico.

| NOME: RAVENALLA OLIVEIRA PINHO | | | | | | | | | | CNS: 704808030720246 | | | | | | |
|--------------------------------|--------|----|--------------|---|---------|------|---|-------------------|--------|----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|-----------|
| COMPETÊNCIA | IBGE | UF | MUNICÍPIO | CBO | CNES | CNPJ | ESTABELECIMENTO | NATUREZA JURÍDICA | GESTÃO | SUS | VÍNCULO ESTABELECIMENTO | VÍNCULO EMPREGADO | DETALHAMENTO DO VÍNCULO | CHS Outros | CHS Amb. | CHS Hosp. |
| 11/2022 | 292610 | BA | RETIROLÂNDIA | 225125 - MEDICO CLINICO | 2653125 | | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | INTERMEDIADO | AUTONOMO | PESSOA FISICA | 0 | 12 | 12 |
| 11/2022 | 292610 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 9598200 | | UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CECILIA SANTIAGO | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | BOLSA | BOLSISTA | SUBSIDIADO POR OUTRO | 0 | 40 | 0 |
| 10/2022 | 292610 | BA | RETIROLÂNDIA | 225125 - MEDICO CLINICO | 2653125 | | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | INTERMEDIADO | AUTONOMO | PESSOA FISICA | 0 | 12 | 12 |
| 10/2022 | 292610 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 9598200 | | UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CECILIA SANTIAGO | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | BOLSA | BOLSISTA | SUBSIDIADO POR OUTRO | 0 | 40 | 0 |
| 09/2022 | 292610 | BA | RETIROLÂNDIA | 225125 - MEDICO CLINICO | 2653125 | | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | INTERMEDIADO | AUTONOMO | PESSOA FISICA | 0 | 12 | 12 |
| 09/2022 | 292610 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 9598200 | | UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CECILIA SANTIAGO | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | BOLSA | BOLSISTA | SUBSIDIADO POR OUTRO | 0 | 40 | 0 |
| 08/2022 | 292610 | BA | RETIROLÂNDIA | 225125 - MEDICO CLINICO | 2653125 | | HOSPITAL MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | INTERMEDIADO | AUTONOMO | PESSOA FISICA | 0 | 12 | 12 |
| 08/2022 | 292610 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 9598200 | | UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CECILIA SANTIAGO | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | BOLSA | BOLSISTA | SUBSIDIADO POR OUTRO | 0 | 40 | 0 |
| 08/2022 | 292895 | BA | SAO DOMINGOS | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 07/2022 | 292610 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 9598200 | | UNIDADE SAUDE DA FAMILIA CECILIA SANTIAGO | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | BOLSA | BOLSISTA | SUBSIDIADO POR OUTRO | 0 | 40 | 0 |

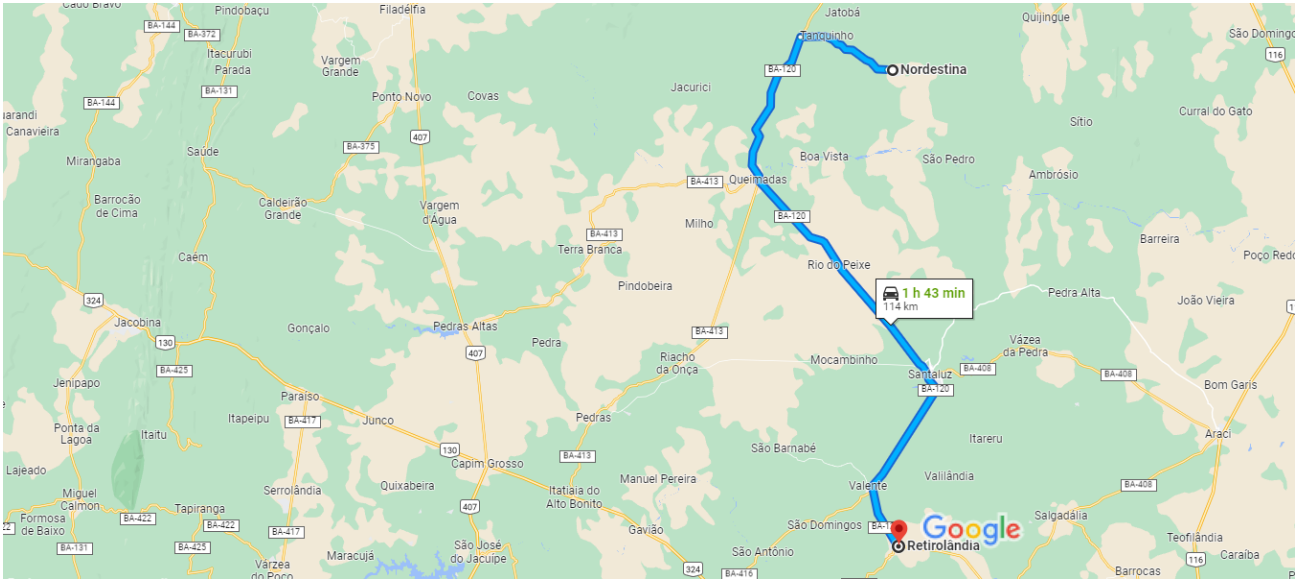
Esta é uma cópia impressa do documento oficial. As informações oficiais atualizadas estão disponíveis no site do CNES (<http://cnes.datasus.gov.br>).

| COMPETÊNCIA | IBGE | UF | MUNICÍPIO | OBO | CNES | CNPJ | ESTABELECIMENTO | NATUREZA JURÍDICA | GESTÃO | SUS | VINCULO ESTABELECIMENTO | VINCULO EMPREGADO | DETALHAMENTO DO VÍNCULO | CHS Outros | CHS Amb. | CHS Hosp. |
|-------------|--------|----|--------------|---|---------|------|--|-------------------|--------|-----|-------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|-----------|
| 07/2022 | 292895 | BA | SAO DOMINGOS | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 06/2022 | 292895 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 05/2022 | 292895 | BA | SAO DOMINGOS | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 04/2022 | 292895 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 03/2022 | 292895 | BA | SAO DOMINGOS | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |
| 02/2022 | 292895 | BA | | 225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA | 3165817 | | UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MAE HERMINIA | 1244 - MUNICIPIO | M | SIM | VINCULO EMPREGATICIO | CONTRATO POR PRAZO | PUBLICO | 0 | 40 | 0 |

(Dados processados em 06/01/2023 21:25:56)

Os dados disponibilizados nesta consulta são declaratórios, informados ao Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIG
Exportar PDF

| Nome: RAVENALLA OLIVEIRA PINHO | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------|--------------|--------------------------------------|--------|---------------------|-------|------|
| Matrícula | Competência | Município | Unidade | Cargo | Tipo Servidor | Folha | Carg |
| 3676 | 09/2022 | NORDESTINA | Prefeitura Municipal de NORDESTINA | Médico | Servidor Temporário | 1 | |
| 3676 | 08/2022 | NORDESTINA | Prefeitura Municipal de NORDESTINA | Médico | Servidor Temporário | 1 | |
| 3676 | 07/2022 | NORDESTINA | Prefeitura Municipal de NORDESTINA | Médico | Servidor Temporário | 1 | |
| 206244 | 02/2022 | RETIROLÂNDIA | Prefeitura Municipal de RETIROLANDIA | Médico | Servidor Temporário | 0 | |
| 64586 | 09/2022 | VALENTE | Prefeitura Municipal de VALENTE | Médico | Servidor Temporário | 0 | |



Dados do mapa ©2023 10 km



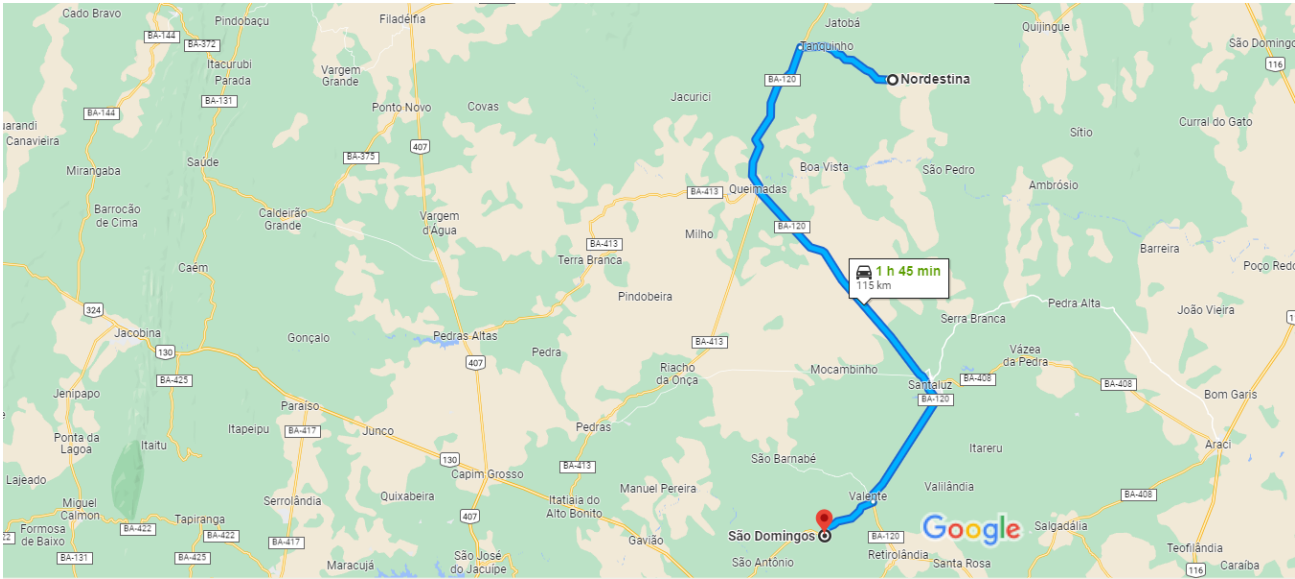
via BA-120

1 h 43 min

Trajetos mais rápidos agora devido às condições de trânsito 114 km

Conheça Retirolândia

- Restaurantes
- Hotéis
- Postos de gasolina
- Estacionamentos
- Mais



Dados do mapa ©2023 10 km



via BA-120

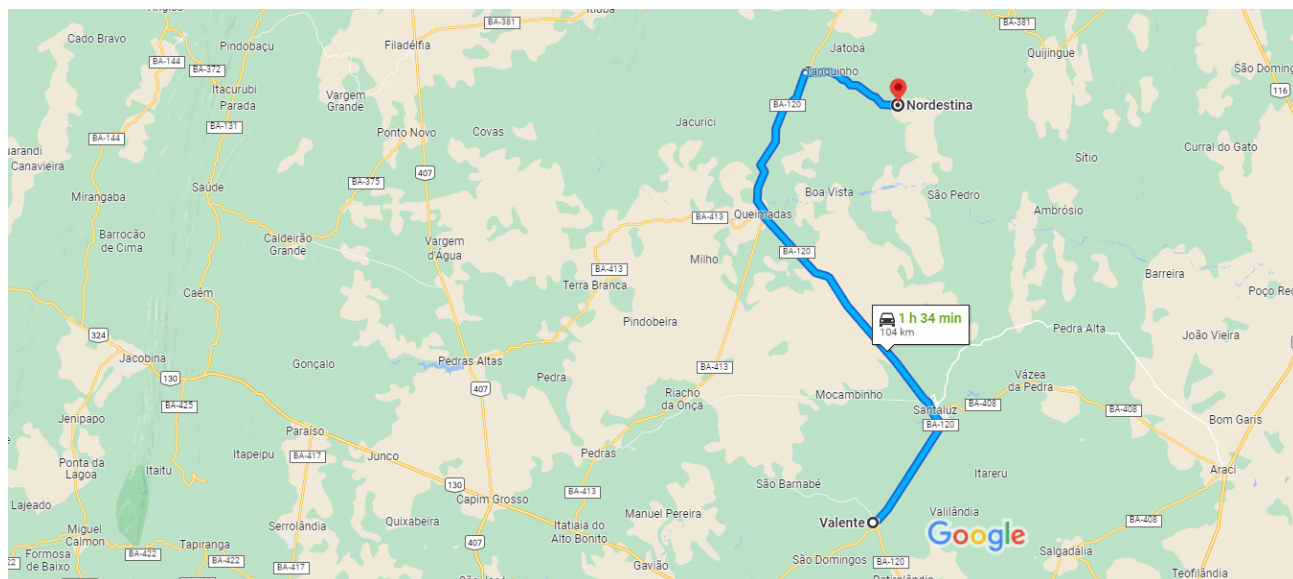
1 h 45 min

Trajetos mais rápidos agora devido às condições de trânsito

115 km

Conheça São Domingos

- Restaurantes
- Hotéis
- Postos de gasolina
- Estacionamentos
- Mais



Dados do mapa ©2023



via BA-120

1 h 34 min

Trajetos mais rápidos agora devido às condições de trânsito

104 km

Conheça Nordestina

Restaurantes

Hotéis

Postos de gasolina

Estaciona- mentos

Mais

Representação - IDEA* nº 003.9.1915/2023

Caopam <caopam@mpba.mp.br>

Seg, 13.05.2024 11:17

Para: Amorim Adic <amorim@grupoadic.com>

Prezado(a) Noticiante,

Informo que sua representação foi cadastrada sob o IDEA, em epígrafe, e redirecionada, nesta data, via sistema, para a Coordenadora do CAOPAM, Rita Tourinho, para despacho.

Atenciosamente,

Apoio Técnico-Administrativo

Eva Santos - Centro de Apoio às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa - CAOPAM

Ministério Público do Estado da Bahia

Obs.: Expediente cadastrado no sistema de gestão do MPBA como "documento", sendo necessário sua autuação antes de realizar despacho e outros atos ministeriais.

* O andamento do expediente poderá ser visualizado no site do MPBA, na aba consulta de processos: [Consulta Pública de Processos](https://ideia.sistemas.mpba.mp.br/ideia/verficardoc.aspx?id=0F4341D0F6298063D15D) (mpba.mp.br)



CERTIDÃO
003.9.1915/2023

CERTIFICO, os devidos fins, que estes autos se encontram conclusos, sendo remetidos, nesta data, à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa – CAOPAM, com o fim de indicar para qual setor encaminhar a presente representação e se há necessidade de desmembramento. *Salvador, data na assinatura eletrônica. Apoio Técnico-Administrativo do CAOPAM.*



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se para a Secretaria Processual de Queimadas, para eventual distribuição e adoção das medidas cabíveis.

RITA TOURINHO
Coordenadora do CAOPAM



IDEA nº 003.9.1915/2023

DESPACHO

Trata-se de procedimento da Promotoria de Justiça de Queimadas-BA submetido à análise desta Unidade de Apoio à Atividade Finalística – UAAF – conforme **Portaria nº 2968/2024** da Procuradoria-geral de Justiça, **publicada no DJe em 25.09.2024**, no que tange ao período de **30.09.2024 a 17.01.2025**.

Encaminho o presente procedimento, via sistema IDEA, para análise inicial da equipe técnica desta UAAF e elaboração de minuta de manifestação adequada e subsequente disponibilização de todos os arquivos alusivos ao presente procedimento em pasta própria do *One Drive*, para revisão por esta Subcoordenação.

Salvador-BA, data e hora da assinatura eletrônica.

(documento assinado eletronicamente)

YURI LOPES DE MELLO

Promotor de Justiça Designado

UAAF – Portaria nº 631/2024

(Período de Atuação: 30.09.2024 a 17.01.2025 – Portaria nº 2698/2024 -Dje 25.09.2024)



PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL

IDEA nº 003.9.1915/2023

DESPACHO

Cuida-se de **Notícia de Fato** registrada, em 09.01.2023, na Promotoria de Justiça de Queimadas-BA, **ora convertido em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil**, consubstanciada em representação formulada por ANTÔNIO CARLOS AMORIM GUIMARÃES, dando conta da ocorrência de irregularidades em contratação envolvendo a atual Prefeita de Nordestina-BA, ELIETE DE ANDRADE ARAUJO e a servidora, **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, a qual estaria supostamente em situação de possível acumulação ilegal de cargos, com sobrepostas jornadas de trabalho em municípios distantes entre si.

Vejamos trechos da reportada representação (fls. 04/11- ID MP 18874585 - Págs. 01/08):

A Servidora, RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, Brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula 3676, CPF 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, Data de Inscrição: 10/02/2022, Primeira inscrição na UF: 10/02/2022, Inscrição: Principal, Situação: Regular, Especialidades/Áreas de Atuação: Médico sem especialidade registrada, vem de forma irregular ocupando cargos temporários em 03 (Três) Prefeituras com cargas horárias e distância entre rodovias totalmente desproporcionais para cumprimento dessa **Tripla Jornada: NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de 100h00m, o que significa uma carga horária diária de 20h00m. Após o cumprimento das jornadas em **NORDESTINA 40h00m x RETIROLÂNDIA 40h00m x VALENTE 20h00m**. Perfazendo um total de 100h00m, o que significa uma carga horária diária de 20h00m e 05h02m em deslocamentos, este Servidor precisaria de 25h02m diariamente e ainda percorrer 333,0, sem nenhum imprevisto para o cumprimento desta **Tripla Jornada?** (...)” (sic).



Ao final, o Noticiante pleiteou a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos, tendo requerido " (...) *apuração dos fatos aqui relatado com todas as provas em anexo e que a Prefeita ELIETE DE ANDRADE ARAUJO, seja responsabilizada por negligência na contratação dessa Servidora contrariando a própria exigência do contrato e que seja multada e condenada a devolver aos cofres Públicos todos os valores desviados com esses pagamentos indevidos.*".

Às fls. 13/15-ID MP 18874587 - Págs. 1/2, cópia do histórico profissional da servidora extraído do CNES-Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde atinente ao exercício de 2022.

À fl. 21-ID MP 18918812 - Pág. 1, despacho do CAOPAM, datado de 14.05.2024, encaminhando os autos à Promotoria de Justiça de Queimadas para adoção das medidas cabíveis.

Sem diligências apuratórias vieram os autos para análise desta unidade de apoio.

É o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se a existência de lastro probatório mínimo (justa causa) a justificar a deflagração da presente investigação, sobretudo por haver indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa que importa lesão ao erário público.

Vencido o prazo regulamentar, posto que o expediente foi registrado na Promotoria de Justiça de Queimadas-BA em 09.01.2023, verifica-se, ainda, a necessidade de colheitas de elementos de informação elementares a uma segura tomada de decisão.

Diante do exposto, considerando a expiração do prazo previsto no art. 3º, *caput*, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 04.07.2017, e no art. 13, *caput*, da Resolução nº 11/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça deste Estado, e a necessidade de se reunirem elementos complementares com o fito de subsidiar segura formação de convicção do *Parquet*, ao tempo em que promovo a instauração do presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL**, determino, visando à instrução deste, sejam adotadas as seguintes providências:



1. Autue-se a portaria e a documentação que a acompanha, efetuando-se os registros pertinentes no sistema IDEA, noticiando a **conversão da Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil**, bem como procedendo-se ao registro pertinente na planilha de controle interno da Promotoria de Justiça local;

2. Publique-se o extrato da Portaria no Diário da Justiça Eletrônico, com posterior certificação;

3. **Notifique-se a Prefeita Municipal de Nordestina, Eliete de Andrade Araújo**, com o envio de cópia dos autos, a fim de que apresente esclarecimentos por escrito no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, acerca dos fatos imputados contra si no presente expediente;

4. Notifique-se a **investigada, Ravenalla Oliveira Pinho** para que seja cientificada sobre a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil para, querendo, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, apresente suas razões e a documentação pertinente;

5. **Oficie-se ao Secretário de Administração do Município de Nordestina-BA**, requisitando, no **prazo de 15 (quinze) dias** que:

a. Informe quais os cargos e funções exercidos, na administração pública direta ou indireta do município de Nordestina, por **RAVENALLA OLIVEIRA PINHO**, *brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA* indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhe cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora;

b. Informe se **Ravenalla Oliveira Pinho**, anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a administração pública direta ou indireta do município de Nordestina, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente com a referida servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação



comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos;

c. Informe se os pagamentos efetuados à servidora, Ravenalla Oliveira Pinho, foram efetuados com **recursos do Fundo Municipal de Saúde de Nordestina-BA**;

6. Expeça-se **carta precatória** às Promotorias de Justiça de **Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, solicitando que:

6.1) seja realizada, respectivamente, a notificação do(a) prefeito(a) de **Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, com o envio de cópia dos autos, a fim de que, querendo, apresente esclarecimentos por escrito no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, acerca dos fatos objeto do presente procedimento;

6.2) Oficie-se a(o) Secretário(a) de Administração dos **Municípios de Retirolândia/BA** e **Valente/BA**, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que:

- *informe quais os cargos e funções exercidos, na administração pública direta ou indireta do município por RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM: 39080-BA, indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhe cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;*

- *Informe se RAVENALLA OLIVEIRA PINHO anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a administração pública direta ou indireta do município, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente com a referido servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;*



7. Determino ao Apoio Técnico e Administrativo de Queimadas/BA que certifique nos autos sobre a existência de expedientes que guardem identidade com o procedimento em epígrafe. Em caso afirmativo, que seja procedido o apensamento/anexação de ambos no Sistema IDEA para fins instrutórios, nos termos do art. 7º da Resolução nº 11 de 11 de abril de 2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Estado da Bahia.

8. Caso a resposta ao **item 5 “c”**, seja afirmativo determino a extração de cópia integral dos autos com posterior remessa ao **MPF-Ministério Público Federal- Procuradoria da República no Município de Feira de Santana/BA**, para a adoção das medidas que entender pertinentes.

Na ocasião, sejam **advertidos** que o não atendimento às requisições supra constitui crime de desobediência, tipificado no art. 10 da lei 7.347/85, sujeitando o infrator à pena de 01 (um) a 03(três) anos de reclusão e multa.

Após diligências, retornem os autos para apreciação do promotor(a) titular/substituto(a) da Promotoria de Justiça de Queimadas/BA.

Cumpra-se.

Após a juntada, retornem os autos conclusos.

De Salvador/BA para Queimadas/BA, 19 de novembro de 2024.

(documento assinado eletronicamente)

YURI LOPES DE MELLO

Promotor de Justiça Designado

UAAF – Portaria nº 631/2024

(Período de Atuação: 30.09.2024 a 17.01.2025 – Portaria nº 2698/2024 -Dje 25.09.2024)



Publicação - Queimadas

De Promotoria de Justiça de Queimadas <queimadas@mpba.mp.br>

Data Qui, 10/04/2025 08:43

Para DJE Serrinha <dje.serrinha@mpba.mp.br>

 1 anexo (18 KB)

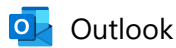
Publicação DJE - 10.04.25.docx;

Bom dia

Encaminho arquivo anexo para publicação no Dje. Grata!

Atenciosamente,

Thaís Mota Guerra
Servidora do Ministério Público da Bahia
Mat.: 355.392
Promotoria de Justiça de Queimadas
Tel: 75 3644-1909/ 71 9 9631-4125 (Whatsapp Institucional)
Funcionamento: 08h às 14h.



Delivered: Publicação - Queimadas

De Microsoft Outlook <MicrosoftExchange329e71ec88ae4615bbc36ab6ce41109e@mpba.mp.br>
Data Qui, 10/04/2025 08:44
Para DJE Serrinha <dje.serrinha@mpba.mp.br>

📎 1 anexo (33 KB)
Publicação - Queimadas;

Your message has been delivered to the following recipients:

[DJE Serrinha \(dje.serrinha@mpba.mp.br\)](mailto:dje.serrinha@mpba.mp.br)
Subject: Publicação - Queimadas



10/04/2025

Documentos extraídos do procedimento **003.9.1915/2023**. Gerado no sistema do Ministério Público do Estado da Bahia. **10/04/2025 10:51**





PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RETIROLÂNDIA

Notícia de fato n° 238.9.169180/2025

DESPACHO

Trata-se de precatória, expedida pela Promotoria de Justiça de Queimadas no procedimento preparatório de inquérito civil n° 003.9.1915/2023 lá tramitante e cujo objeto é a apuração da suposta prática de improbidade administrativa, por Eliete de Andrade Araujo e Ravenalla Oliveira Pinho, e a qual é relacionada à contratação irregular da servidora pública Ravenalla Oliveira Pinho no Município de Nordestina.

Anote-se, neste particular, que a precatória em testilha intenta que a Promotoria de Justiça de Retirolândia oficie ao Prefeito de Retirolândia e à Secretária de Administração de Retirolândia.

Portanto, determino o cumprimento da precatória em epígrafe, devendo ser expedidos os ofícios correspondentes e, em seguida, devolvida a presente precatória à Promotoria de Justiça de Queimadas.

Retirolândia, 11 de abril de 2025.

Grace Inaura da Anunciação Melo
Promotora de Justiça em substituição



Ofício nº 49/2025

Retirolândia, 11 de abril de 2025

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, venho, através do presente, em atendimento ao quanto delineado na precatória nº 238.9.169180/2025 enviada pela Promotoria de Justiça de Queimadas à Promotoria de Justiça de Retirolândia, encaminhar a documentação que segue em anexo e atinente ao procedimento preparatório de inquérito civil nº 003.9.1915/2023 tramitante na Promotoria de Justiça de Queimadas e cujo objeto é a apuração da suposta prática de improbidade administrativa, por Eliete de Andrade Araujo e Ravenalla Oliveira Pinho, e a qual é relacionada à contratação irregular da servidora pública Ravenalla Oliveira Pinho no Município de Nordestina, com o fito de notificar Vossa Excelência para, querendo, apresentar, no prazo de quinze dias úteis, esclarecimentos por escrito acerca dos fatos objeto do aludido procedimento tramitante na Promotoria de Justiça de Queimadas.

Cordiais saudações,

Grace Inaura da Anunciação Melo
Promotora de Justiça em substituição

Excelentíssimo Sr. José Egnildo dos Santos
Prefeito do Município de Retirolândia/BA

Ministério Público do Estado da Bahia
Promotoria de Justiça de Retirolândia
Fórum Dr. José Dias Teixeira, Rua Joana Angélica, 112, Retirolândia/BA



Ofício nº 50/2025

Retirolândia, 11 de abril de 2025

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a, venho, através do presente, em atendimento ao quanto delineado na precatória nº 238.9.169180/2025 enviada pela Promotoria de Justiça de Queimadas à Promotoria de Justiça de Retirolândia, encaminhar a documentação que segue em anexo e atinente ao procedimento preparatório de inquérito civil nº 003.9.1915/2023 tramitante na Promotoria de Justiça de Queimadas e cujo objeto é a apuração da suposta prática de improbidade administrativa, por Eliete de Andrade Araujo e Ravenalla Oliveira Pinho, e a qual é relacionada à contratação irregular da servidora pública Ravenalla Oliveira Pinho no Município de Nordestina, com o fito de que no prazo de quinze dias úteis:

- a) informe quais os cargos e funções exercidos, na Administração Pública direta ou indireta do Município de Retirolândia, por RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, brasileira, Médica, Servidora Temporária, Matrícula nº 3676, CPF nº 048.953.745-64, Nascimento 21/12/1991, CRM nº 39080/BA, indicando o ato de admissão, carga horária, ponto da servidora, lotação, comprovação de exercício das atribuições laborais, bem como encaminhando cópias dos vencimentos integrais eventualmente recebidos pela referida servidora, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024;
- b) informe se RAVENALLA OLIVEIRA PINHO, anteriormente qualificada, possui algum contrato de prestação de serviços com a Administração Pública direta ou indireta do Município de Retirolândia, que não se enquadre em relação de emprego, firmado diretamente

Ministério Público do Estado da Bahia
Promotoria de Justiça de Retirolândia
Fórum Dr. José Dias Teixeira, Rua Joana Angélica, 112, Retirolândia/BA



com a aludida servidora na condição de pessoa física, ou através de pessoa jurídica da qual a servidora seja sócia ou mantenha qualquer tipo de relação comercial ou empregatícia, encaminhando cópia de todos os contratos e pagamentos, nos exercícios orçamentários de 2022, 2023 e 2024.

Cordiais saudações,

Grace Inaura da Anunciação Melo
Promotora de Justiça em substituição

Ilustríssima Senhora Renilma Rios
Secretária de Administração do Município de Retirolândia/BA

Ministério Público do Estado da Bahia
Promotoria de Justiça de Retirolândia
Fórum Dr. José Dias Teixeira, Rua Joana Angélica, 112, Retirolândia/BA



Documentos extraídos do procedimento **238.9.169180/2025**. Gerado no sistema do Ministério Público do Estado da Bahia. **11/04/2025 14:54**